

**O PADECIMENTO DA MULHER NEGRA NO SUDESTE BRASILEIRO:
ANALISADO ATRAVÉS DAS SUAS VIVÊNCIAS E OBSCURIDADES
CONTEMPORÂNEAS SOB O CONCEITO DE INTERSECIONALIDADE**

Carla Regina dos Santos Rocha

Mestranda em Filosofia (PPGF/UFRJ)

*“Quando eu não tinha nada o que comer eu escrevia” (Jesus, Carolina Maria–
1993)*

*“Se Ana sobrevivesse à guerra, quem sabe teria outro destino?” (Evaristo,
Conceição – 2016)*

*“A nosso ver, a “Mãe Preta” e o “Pai João”, com suas histórias, criaram uma
espécie de “romance familiar” que teve importância fundamental na formação dos
valores e crenças do povo...” (Gonzalez, Lélia – 2018)*

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar que, no Brasil, vivemos a Necrofilia Colonialista Outrocida (DE MORAES, 2020). Para tanto, analisaremos as obras de três autoras negras brasileiras – Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo – nascidas em Minas Gerais em situação social similar, que produziram escritas peculiares retratando a condição interseccional da mulher negra na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Necrofilia Colonialista Outrocida; feminismo negro; anarquismo; decolonialidade.

ABSTRACT: The purpose of this article is to demonstrate that, in Brazil, we live the Othercidal Colonial Necrophilia (DE MORAES, 2020). In order to do so, we will analyze the works of three black Brazilian authors – Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus and Conceição Evaristo – born in Minas Gerais in a similar social situation, who produced peculiar writings depicting the intersectional condition of black women in Brazilian society.

KEYWORDS: Othercidal Colonialist Necrophilia; black feminism; anarchism; decoloniality.

INTRODUÇÃO

A concepção de Necrofilia Colonialista Outrocida (NCO), criada por Wallace de Moraes (2020), se dá na percepção que o Estado tem avidez por matar aqueles que reconhece como inferiores – negros, indígenas e seus descendentes, assim como trabalhadores brancos insubmissos, mulheres insubmissas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, etc. –, negando a ciência e usando como sustentação uma justificativa igrejistista. O igrejismo (DE MORAES, 2018) diz respeito ao fenômeno histórico de dominação institucional justificada por preceitos religiosos cristãos obrigatoriamente conectados à Igreja, em favor das elites governantes e em detrimento de trabalhadores, negros, indígenas, mulheres e povos que não se submetiam ao poder igrejistista. No Brasil, o alvo está em quem tem fenótipo africano e indígena, ou em quem mora nas áreas que não concernem à urbanização das cidades. Favelas, quilombos e aldeias, citados como novas colônias por De Moraes (2020), são os locais em que o Estado usa seus agentes como capitães-do-mato no controle, caça e assassinato dos novos colonizados. A presença estatal está nesses locais exclusivamente para repressão, assassinato e cobrança dos impostos taxuados em produtos ou serviços legalizados que venham a ser consumidos. Assim, é necessário dizer que o Estado está nas favelas na forma de extrator de dinheiro e também como repressor (DE MORAES, 2020). Não existe, para as novas colônias, alguma compensação estatal significativa, pois o Estado só se faz presente no poder soberano de sistematizar a necropolítica (MBEMBE, 2016). As práticas estatais exercidas nessas áreas são ecos das ações dos que se fixaram na classe soberana por séculos.

Sendo assim, tendo delimitado quais corpos são alvo direto da NCO, das violências estatais, militaristas e igrejististas, podemos avançar para o seguinte questionamento: como as narrativas de mulheres negras podem nos ajudar a compreender a operação da NCO especificamente no contexto brasileiro e em corpos que são alvo principal das violências do Estado? Para podermos desenvolver tal questionamento, resgataremos brevemente as trajetórias de vida de Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, além de explicitar as similaridades em seus pensamentos. A interseccionalidade foi criada por feministas negras, principalmente nos Estados Unidos, e representa a ideia de que mulheres não só são exploradas e excluídas por sua cor da pele, como também por um ponto de vista de classe (DE MORAES, 2020). Os textos que serão analisados no presente artigo evidenciam a herança hierárquica ocidental que

mantém a mulher negra na base da pirâmide social, e sua luta por direitos civis é notável, o que comprova a ação direta da NCO sobre os corpos de mulheres negras.

A bibliografia escolhida para o desenvolvimento dessa escrita é “Mulher negra na sociedade brasileira”, de Lélia Gonzales, “Ana Davenga”, de Conceição Evaristo, e “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus. A onticidade das autoras nos permitirá desenvolver a devida interpretação para a constituição do sujeito negro no Brasil – mais especificamente da mulher negra do sudeste brasileiro e seu silenciamento, através da experiência pessoal das autoras que, sendo protagonistas, podem produzir suas escrituras (EVARISTO,2006).

As três autoras nasceram em Minas Gerais e outro ponto em comum entre elas é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde Lélia se titulou Mestra em Comunicação e foi professora no curso de Ciências Sociais. Conceição se graduou em Letras e Carolina recebeu a titulação Doutora Honoris Causa, fazendo jus à formação de tantos graduados e pós-graduados que aprenderam com ela, fundamentando escritas e saberes em suas práticas acadêmicas.

Organizamos o texto fazendo inicialmente uma pequena apresentação de cada autora escolhida, indicando a motivação pela escolha do texto específico. A seguir, versaremos pelo conceito proposto e vamos, então, interpor uma conversa entre as autoras escolhidas.

Manteremos nossa escrita conceituada na decolonialidade, antirracismo, anti-igrejismo, anti-estadolátrica, anti-Necrofilia Colonialista Outrocida e anti-heterocisnormatividade (DE MORAES, 2020), mas esclarecemos aqui que, apesar de ser possível fazer essas leituras nos textos escolhidos, esses conceitos, assim como o de interseccionalidade (CRENSHAW,1989), foram forjados após essas produções textuais acontecerem. Iniciemos, portanto, com as histórias de Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

MULHERES, NEGRAS E AUTORAS ÍMPARES

Lélia Gonzalez nasceu em 01/02/1935, em Belo Horizonte/MG. Filha de uma doméstica era a penúltima de 18 irmãos. Teve seu primeiro emprego como babá logo após sua chegada ao Rio de Janeiro. Dedicou-se aos estudos, sempre sobressaindo com boas notas para mudar seu destino. Graduiu-se em História e Filosofia, fez mestrado em

Comunicação Social, doutorado em Antropologia Política Social, participou da formação do Colégio Freudiano no Rio de Janeiro, foi professora inicialmente em escolas da rede pública, depois de universidades públicas e privadas, e foi ela a responsável pelo primeiro curso de cultura negra na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, em 1976. Participou ativamente de movimentos políticos, filiada a partidos políticos de esquerda, e foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) nos anos 70. O reconhecimento de sua representatividade para o resgate da cultura e direitos do seu povo é inegável e, apesar de ter sofrido um apagamento social por pelo menos duas décadas, o resgate de seus pensamentos, falas e produções tem proporcionado grande evolução nos estudos da condição social da mulher negra.

Carolina Maria de Jesus nasceu em 14/03/1914, em Sacramento, Minas Gerais. Neta de escravos, mãe lavadeira e analfabeta, tinha 7 irmãos. Conseguiu, por intermédio de uma freguesa da mãe, ingressar no colégio Alan Kardec aos 7 anos, onde cursou a primeira e a segunda série do ensino fundamental. Mesmo tendo estudado durante um curto tempo, Carolina desenvolveu gosto pela leitura e pela escrita, teve o desejo de ser professora.

Acompanhando a família, ela muda de município e depois de estado e se adaptou ao trabalho que lhe cabia, inicialmente lavradora e depois doméstica. Já tendo passado pelo interior de São Paulo, em 1948 se mudou para a favela do Canindé, à beira do rio Tietê, onde engravidou e criou três filhos de relacionamentos diferentes, mas nunca aceitou casar e declarava que não se submeteria a nenhum homem. Fazia todo tipo de trabalho que conseguia, doméstica, faxineira, alfabetizava crianças na favela, catava papel e o que mais fosse possível vender. Dentre os papéis que recolhia, lia tudo que tivesse conteúdo de seu interesse. Seu vício era escrever, escrevia poesias, compunha músicas e alimentava cadernos com sua rotina e sua convivência na favela. Um dia, enquanto discutia com uma vizinha, ameaçou incluir o nome da mesma em seu livro. Um jornalista que estava no Canindé para fazer uma reportagem sobre aquela favela ouviu e se interessou, e Carolina teve um texto seu publicado por esse jornalista. O texto foi muito elogiado, proporcionando visibilidade; ela concedeu entrevistas e, em 1960, publicou então seu livro autobiográfico “Quarto de despejo”, a partir de um diário que começou a escrever em 1955. O livro vendeu cem mil exemplares e foi traduzido para treze idiomas, publicado em mais de quarenta países. Mas não demorou muito e Carolina voltou à condição de catadora de papel. Em 1969, ela se muda para um sítio no bairro de

Parelheiros, zona sul de São Paulo, que conseguiu comprar com a renda a partir da publicação do livro. Carolina faleceu em 1977 em seu sítio. Seus livros escritos com simplicidade apresentam a realidade de uma mulher negra que trabalha para sustentar os filhos e ultrapassa diariamente seus próprios limites.

Conceição Evaristo nasceu em 29/11/1946, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Filha de uma lavadeira, foi criada com 8 irmãos até os 7 anos, quando foi morar com sua tia e o marido que não tinham filhos. Aos 8 anos, começa a trabalhar como doméstica. Nunca deixou de estudar e se formou professora primária ainda em Minas. Ela se mudou para o Rio de Janeiro em 1973 e se graduou em Letras, fez mestrado em literatura brasileira e doutorado em literatura comparada. Foi professora da rede pública de ensino e atualmente é professora na UFMG.

Suas produções são de muitos gêneros literários e já teve publicações traduzidas para o francês. Suas escritas são essencialmente sobre a vivência das mulheres negras, que ela retrata como protagonistas de suas histórias e vidas. Mesclando realidade com ficção, Evaristo aborda situações cotidianas da vida das mulheres, que transitam por toda a cidade, mas vivem uma realidade muito diferente por serem invisibilizadas e estarem sempre à margem da sociedade. Suas reflexões trazem a luta pela vida, pelo sustento, pela proteção de sua família, pelo resgate da ancestralidade e toda força que se deve ter por ser mulher e negra.

Os conceitos escolhidos abalroaram diretamente a vida das três autoras escolhidas, através do exercício incansável da NCO do Estado. Carolina sob condição de miséria extrema abrigada em ambiente não salutar, recolhendo lixo pelas ruas para vender e usar o dinheiro no que conseguisse comprar para suprir as mínimas necessidades. E mesmo após publicação do seu livro teve curta ascendência, foi usada e descartada pelo capitalismo. Lélia viveu uma curta história de amor, sofreu racismo da família espanhola do primeiro marido ao descobrirem que o casal não vivia em concubinato. Essa era a condição que a sociedade permitia relacionamento amoroso entre negras e brancos, mas eles estavam devidamente casados pela sociedade civil. O marido não suportou a pressão familiar que sofreu e se suicidou. Ainda criança Conceição também catava lixo nas ruas de Belo Horizonte e foi direcionada às cozinhas das famílias brancas para ganhar mais algum sustento. Na escola foi isolada no primeiro andar do prédio escolar, pois no segundo só crianças com excelentes notas habitavam, ascendeu a esse lugar mesmo

contrariando muitos professores que reconheciam seu talento, mas não aceitavam bem a convivência da negrinha.

O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passei o Curso Primário, quase todo, desejando ser aluna de umas das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios. (Evaristo, 2009, n.p.)

VOZES QUE SE CORROBORAM

As autoras usam seu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) para narrar a luta diária da mulher negra na região que lhes é comum, o sudeste do Brasil, expondo o mito da democracia racial que consta em documentos e falas, mas que não é real.

Carolina, da favela do Canindé, apresenta personagens que transitavam por São Paulo de forma quase invisível ao Estado, que ali só se faziam presentes através da ordem militarista ou por anuência política e religiosa; histórias anuladas pela sociedade capitalista que, ao serem contadas, preenchem as lacunas da memória social coletiva, permitindo a manutenção cultural existente na força de trabalho, que é a base do que a Colonialidade denomina de desenvolvimento.

Conceição, em um dos contos escritos em “Olhos D’água”, apresenta a personagem Ana, uma bela mulher negra que, ao sambar livremente, chama atenção de um belo homem negro com quem viverá e morrerá, em um caso de amor. Ela, negra e pobre, que nunca comemorou o próprio aniversário, e ele, um criminoso respeitado em sua localidade, por chefiar um grupo de homens que cometiam práticas criminalizadas socialmente. Ela entende a convenção não funcional do seu homem (GONZALEZ, 2018, p.95) quando vai morar na casa dele, e se transforma em Ana Davenga, respeitada por todos, passa a ser rainha naquela localidade.

Lélia descreve a partir de suas pesquisas o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade e a representatividade imputada a ela através das histórias contadas pelo colonizador ocidental. A real participação delas na resistência e nas revoluções, mesmo ocupando os trabalhos de eito e mucama, assim como sua doação de força moral para sua família e povo expõem a potência, da qual muitos pesquisadores nem sequer desconfiam (GONZALEZ, 2018, p. 38). Carolina não discutia religião (JESUS, 1993, p.96), mas

observava todas, e, em uma profunda reflexão, analisa a fala do padre que diz aos favelados que eles precisam ter filhos. Ela conclui que não há de ser o pobre quem deve ter filhos, pois só vão nascer operários, e considera que quem deve ter filhos são os ricos, que podem dar aos seus filhos alvenaria e boa comida (JESUS, 1993, p.124).

OS PERCALÇOS DA MULHER NEGRA NA LUTA CONTRA INTERSECCIONALIDADE

A partir da constatação da interdependência das violências sofridas comuns a toda mulher negra, intercorre entre elas a união em prol do fortalecimento de suas pautas, apressurando melhores resultados. Essa nova instituição é denominada feminismo negro pelo ocidente, que entende esse movimento como uma dissidência do que antes denominara de feminismo, pela necessidade de manter o controle social sob a tutela de seu ponto de vista universalizante.

O conceito interseccional foi sistematizado a partir do entendimento de que a mulher negra sofre sobreposição de violências diversas em suas individualidades de gênero, raça e classe. Foi criado em 1989, pela professora estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw. Feminista, advogada e pesquisadora nas áreas de raça e gênero, ela mapeou as violências sofridas pelas mulheres negras de classificação social mais baixas nos EUA, após tomar conhecimento da história de uma negra estadunidense que não conseguiu processar uma fábrica de automóveis por dois tipos de discriminação: ser mulher e negra. A vítima não obteve êxito na justiça, pois a petição foi separada como racismo e machismo, e os processos não tiveram consistência para se manter. O conceito interseccional trouxe visibilidade para as violências que acometem as vidas de todos.

Dentro de suas diferenças de gênero, raça ou classe, é possível o acolhimento correto em prol do fortalecimento de suas vozes na busca por direitos civis, na luta contra isolamento, violência, exclusões sociais. As desigualdades impostas pela estrutura social existente, que usa critério racial como mecanismo de controle para exclusão dos que não possuem o fenótipo do colonizador ocidental, são as mesmas que discriminam outras condições de humanos listados como minorias.

A ESCRITA QUE DÁ VOZ A UM POVO

[...] Fui na sapataria retirar os papéis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade. (JESUS, 1993, p. 96)

Carolina mapeia a cidade geograficamente como uma casa, e o local que a favela ocupa é a lixeira, o quarto de despejo. Em um texto, Lélia descreve um evento de lançamento de um livro em que o sujeito de estudo era o negro. Alguns negros foram convidados, mas não tinham direito nem de se sentar à mesa do grupo de pesquisadores. A cena, descrita de forma direta pela autora, provoca ao leitor o mesmo sentimento que os convidados sentiram: ao usar o microfone, um deles produziu uma fala tensa, Lélia menciona “O lixo vai falar” em direta citação a Carolina, e denomina como quizumba a ação do dominado negro convidado contra os dominadores pesquisadores e autores do livro.

Conceição usa um narrador em terceira pessoa em discurso indireto livre, dando sentido à narrativa, o que possibilita o entendimento sob o ponto de vista da personagem principal. A narrativa não tira da personagem a oportunidade de contar sua própria história de acordo com o que sente e assiste. Lélia confrontava a linguagem acadêmica que impossibilitava a produção e a leitura do povo negro, o qual tinha pouco ou nenhum acesso à educação. Ela citava que o seu maior interesse de produção textual era feito em “pretuguês”. Assim, fundamenta que a língua do colonizador sofreu a intervenção da africanização do português falado no Brasil, independentemente da permissão do colonizador (GONZALEZ, 2018, p. 323).

Lélia avalia bem o lugar da mulher negra na sociedade patriarcal ocidentalizada, apresentada como verdade absoluta por uma voz única, a do colonizador. Ela confronta a narrativa reproduzida por historiadores que apresentam a mulher negra escravizada como apropriada para o uso da satisfação sexual, mas não para a manutenção de um relacionamento familiar. Cita a xenofobia inserida na história de que o corpo da mulher negra não é humano, mas que pode servir de bom uso no sexo e, posteriormente, também aceito na inserção de sua exposição e erotização no carnaval. A inferioridade imposta ao povo negro, que nega a capacidade intelectual e cognitiva, desqualifica toda a sua experiência e história através de uma lógica de aniquilação psicológica desumanizante, imprimindo como realidade a ausência de espírito da razão. Logo, este sujeito negro é

compreendido apenas como um corpo, um objeto dominável, explorável por natureza (NASCIMENTO, 2021, p. 05).

Em seu livro, Carolina expõe os assédios vividos no Canindé por não viver sob a proteção de um homem. Uma mulher negra, com três filhos, boa eloquência e boa escrita, que, mesmo nesse ambiente insalubre, sempre que possível comprava alimentos por entender o mal que poderia causar se alimentar do que fosse podre, e se sobrasse algum dinheiro comprava sabão para lavar as roupas dela e dos filhos, que mantinha sob os possíveis cuidados: calçados, alimentados e na escola. Por sua postura diferenciada, podemos supor que a presença de Carolina naquela vizinhança causava incômodo e inveja aos demais moradores que ela relata viver sob descontrole, pois se entregavam a bebidas, brigas e desocupação funcional diária. Ela pontua muitas vezes pensar em suicídio, mas logo percebemos no texto que as obrigações para manutenção da própria vida perpassam a criação e o acolhimento de seus filhos que o atroz Estado refusa e marginaliza. Através da obrigação dos afazeres diários, ela dissipava esse pensamento, e, assim, seguia sua luta árdua imposta como instrumento de controle pela sociedade estadolátrica (DE MORAES, 2020, p.71), que subjuga o ser, e cujos governantes “defendem a existência do Estado a qualquer custo e a manutenção de um regime econômico que, apesar de empurrar seus trabalhadores à beira do abismo, não poderia deixar de existir” (PFEIL & PFEIL, 2021, p.147). Ela seguia até chegar à única tarefa que lhe era verdadeiramente prazerosa, a escrita.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1995, p. 96)

A possibilidade de ter fala própria é uma das lutas travadas pelo povo negro desde que aqui foi posto em cativeiro, silenciado pelo colonizador que impôs sua cultura e língua como única forma permitida para interação. O silenciamento da mulher negra é ainda mais opressivo. Conceição deixa bem aparente essa submissão, dando a Ana Davenga a responsabilidade de contar a história, mas através da narrativa que acessa a memória da personagem para usar o discurso dela enunciado pelo do narrador. Segundo Lélia, a mulher negra só perde seu anonimato quando se torna a cinderela do asfalto nos desfiles de escolas de samba (GONZALEZ, 2018, p.196). A única vez em que ouvimos a voz de Ana é quando, após a invasão de sua casa por todos os companheiros de trabalho

de Davenga, acompanhados de suas esposas e filhos, ela finalmente avista seu homem e questiona a ele “Davenga, Davenga, que festa é essa? Por que isso tudo?”, e descobre que pela primeira vez em sua vida ia comemorar seu próprio aniversário.

Lélia pontua que a função de mucama exercida pela mulher negra escrava também tinha como sinônimo (ou, podemos dizer, como obrigação) servir ao senhor, e esse sentido foi retirado do dicionário com o passar do tempo. Mas ela lembra que não foi retirada da imagem social dessa mulher. Cabe à mulher negra satisfazer sexualmente o homem branco, mas não assumir casamento. A respeito disso, Lélia nos diz que esse assédio se dá a partir da perpetuação de um dos mitos de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra (GONZALEZ, 2018, p. 47). O que é admissível à mulher negra em relação ao homem branco é viver em concubinação. Cita então que o vice-rei excluiu um capitão mor que casou com uma negra, por exercer baixo sentimento. A mulher negra é tida pela branca como a concorrente com quem ela disputa a atenção do homem branco.

No carnaval, a mulher negra sai da cozinha e vai para o altar do samba. Aquela que servia seu senhor em todos os seus fetiches sexuais passa a ocupar o imaginário social e é oferecida como objeto sexual enquanto desfila seu samba pela avenida. Aquele é o dia em que sua existência é permitida, sua beleza não é aferida e seu movimento corporal ilumina sua passagem, ascendendo a lugares em que não lhe seria permitido estar em qualquer outro momento. Nua ou quase sem roupa ela é observada e desejada, vive ali o sonho de mudar a condição da sua vida. A mulher negra é a deusa do carnaval, e a magia se desfaz quando acaba o desfile e ela tira sua fantasia. É essa a mesma mulher negra que sofre nas favelas e periferias, trabalha na casa dos brancos estadolátricos (DE MORAES, 2020), vê seus maridos e filhos serem perseguidos pela polícia, serem presos sem provas e sem julgamento e também assassinados. Ana Davenga vê a vida de seu homem ser retirada pela polícia; sem proferir uma palavra, sua última ação é levar as mãos à barriga para proteger o filho que carregava, e assim ela foi igualmente alvejada pela instituição assassina que deveria lhe defender e proteger sua criança, já que nada tinham contra ela.

[...] Não há coisa pior na vida do que a própria vida. (JESUS, 1993, p. 145)

O carnaval é bem utilizado nas falas de Lélia como a possibilidade de a mulher negra ser vista e amada por um pequeno momento, desde que, ao sair daquela avenida, ela tenha consciência de que deve entrar pelas portas de serviço, que são as que comportam sua existência. Ana Davenga, de Conceição, experimenta esse reinado

quando passa a pertencer a um homem temido em sua localidade. Ela é admirada em sua beleza, cobiçada e invejada pela posição social que ocupava naquele lugar. Os companheiros de seu homem a desejavam, mas foram avisados que a profanação do corpo daquela mulher seria motivo para mudar seu próprio destino e morrer sangrando pelas mãos dele. Essa posição de destaque social de Ana Davenga só se apresenta possível nesse conto por estar localizada em um ambiente excludente e marginalizado, destinado a moradias de negros e desafortunados.

Carolina era moradora de uma localidade marginalizada, assim como Ana Davenga. Em suas escrituras (EVARISTO, 2016) em Quarto de despejo, ela relata bem a diferença entre o Canindé e as ruas em que ela transitava fora da favela. Ela descreve o ambiente em que vivia como espaços enlameados com fezes por todo lugar, e, além de conviver com toda essa insalubridade, os moradores ainda atiravam nas caras uns dos outros e em crianças aqueles excrementos. Para conseguir água potável para beber, cozinhar, tomar banho e lavar roupas, era necessário buscar em uma bica única que ela evitava em momentos de muita frequência, por entender que as maledicências proferidas ali não lhe acrescentariam coisas boas. Já fora da favela, ela detalha ambientes diversos com estéticas distintas, que a surpreendem com tantas possibilidades, e chega a duvidar de um endereço por se referir ao 82º andar, de uma mulher que a procura em nome de outra, pedindo-lhe um de seus diários, mas depois pensou “Eu não saio do quarto de despejo, o que posso saber sobre o que se passa na sala de visita”, e ela tinha razão, não existia mesmo.

Lélia perscruta a imagem da mulher negra e todas as identidades sociais a ela atribuídas que culminam na representação da mãe preta. Em suas participações em encontros internacionais que tinham como tema principal o sexismo, não tardavam a aparecer o racismo e a discussão sobre o assunto sempre muito necessária. Ela cita que sua militância no MNU foi essencial para a compreensão da questão racial, e passa a produzir potencialmente leituras críticas no estudo de textos de ciências sociais que sempre apresentavam mulheres pretas sob a perspectiva socioeconômica, e ela cita o incômodo que sentia com a representatividade feita através das identidades de mulata e doméstica, que era a mais nova representação identitária para se referir à já conhecida figura da mãe preta de sempre.

A mulher negra na sociedade “branca” recebe o legado de ser a mãe preta (aquela que cuida dos filhos dos seus donos), que cuida da limpeza e da manutenção da casa para seu bom funcionamento, e também a que serve ao seu dono com sexo sempre e da forma como ele quiser. Lélia analisou o lugar imposto ao negro, a partir da psicanálise, de forma a esmiuçar essa imagem concebida do ser infantilizado que está no lixo da lógica. Ela então diz que o lixo vai falar, citando Carolina Maria de Jesus, para questionar a naturalização do racismo que mantém o negro na miséria por ser sem inteligência, preguiçoso para o trabalho, que usa malandragem para ganhar dinheiro, e que, por isso, tem que ser perseguido pela polícia e preso.

“Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia. Pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso naturalmente. Menor negro ó pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe peixinho é. Mulher negra, naturalmente, e cozinheira, faxineira, servente, trocadora, de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, tem mais que ser favelados (GONZALEZ, 2018, p. 193).

As falas de Carolina narrando sua rotina em primeira pessoa, diálogos dos quais foi interlocutora ou ouvinte, acontecimentos, pensamentos e seus sofrimentos são especialmente importantes para que se entenda a mulher negra na sua rotina solitária de ter que olhar a cidade e não ser vista por ela. As humilhações que retrata com tanta simplicidade acontecem por aspectos distintos, seja por raça, gênero, classificação social: são todas vorazes e lhe causam dor, pois, se não fosse assim, não estariam relatadas em seu diário, mas as que sofrem dentro da própria favela são as que mais lhe ofendem – talvez por esse motivo tenham maior conteúdo narrado. A indiferença que sofre pelos que possuem casas de alvenaria, mulheres e homens que batem em seus 3 filhos na sua ausência, mesmo sendo crianças, lhe causam muito sofrimento. A presença da filha Vera no diário é também motivo de relatos de sofrimento, pois, mesmo Carolina se dedicando tanto para dar aos filhos cuidados diferenciados, quando fala de sua filha ela descreve que a menina sempre quer mais do que consegue proporcionar e ela, conta que a menina chega a pedir pra ser vendida para que possa ter uma mãe branca.

No que diz respeito à memória ancestral do negro que foi subjetivada desde seu sequestro em sua terra natal, e à imposição do uso exclusivo da língua do colonizado, vemos a resistência desse povo ao incluir nas entrelinhas da cultura imposta pelo colonizador sua cultura própria, forjando transformação na cultura que aqui se produzia. Conceição Evaristo desenvolveu o conceito de escrevivência, que seria uma prática de escrever através da vivência particular de cada autor, e quando o negro assume a escrita de suas experiências pessoais sob seu ponto de vista, as produções textuais lhe servem de ferramenta em um ambiente propício à denúncia de sua subjetivação. Escrevendo sua própria história, é possível fazer a manutenção da sua própria cultura e evidenciar as relações e discriminações feitas através da generificação existente na sociedade. A discriminação vivida pela mulher negra em comparação à mulher branca de mesma classe pode ser relatada com propriedade, desnudando o modo mítico de igualdade apresentado pelo pensamento social brasileiro.

Podemos ler no conto de Ana Davenga que Conceição apresenta uma mulher submissa a seu homem, que toma conhecimento da sua forma de ganhar o sustento quando foi morar em sua casa, mas não lhe era permitido questioná-lo quanto a isso. Em fala do próprio Davenga aos companheiros, é narrado que “Ela era cega, surda e muda no que se referia a assunto deles”. Observamos que as funções sociais existentes naquela localidade fogem às práticas profissionais de outras áreas da cidade que não vivem sob a ótica da marginalização. Sob a narrativa de Ana, seu homem era uma grande criança sob uma linda pele negra que chorava a cada gozo alcançado em suas relações sexuais. “Ana sabia bem qual era a atividade de seu homem. Sabia dos riscos que corria ao lado dele. Mas achava também que qualquer vida era um risco e o risco maior era o de não tentar viver” (EVARISTO, 2015, p. 26).

Lélia cita que, mesmo ascendendo socialmente, a mulher negra não se livra do assédio e crescente discriminação. Mulheres da classe média sofrem assédio do interlocutor quando, ao abrir a porta de suas próprias casas, ouvem a pergunta “Sua patroa está?”. A mulher negra, mesmo sendo educada e estando vestida nos padrões estabelecidos pela sociedade, não tem a necessária “boa aparência”, que na verdade é sinônimo de ser branca na concepção social estabelecida sentenciosamente. Esse pré-requisito de “boa aparência” era muito visto em anúncios de empregos nos classificados de jornais até o ano 2000, quando passa a ser inconstitucional, mas, apesar de ser proibida, a seleção racial se mantém ainda hoje no inconsciente coletivo da sociedade brasileira. A

permissão para que o povo negro usasse livremente a entrada e o elevador social no Rio de Janeiro se deu através de lei estadual, em 1985, 15 anos antes de o pré-requisito de boa aparência se tornar inconstitucional, pois, mesmo quando proprietários de apartamentos ou salas comerciais, os negros eram obrigados a entrar pela porta de serviço e também a usar elevador destinado a cargas e serviços.

Lélia traz para a conversa o Cientista Social Caio Prado Junior que, em seus textos, apresenta o negro como um ser sem inteligência que se iguala a um animal, que só desempenha bem o sexo – que é o ato que lhe deu origem. De forma bem elegante, ela descreve que Caio se coloca no lugar de pessoa que não comete o pecado da carne, e que o seu sexo só acontece por necessidade. Ela chama de neurose cultural brasileira essa prática que hoje vemos representada pela “tradicional família brasileira”, que, na intimidade, tem em suas práticas sexuais situações das mais diversas, e inclusive criminalizadas. São representantes evangélicos, padres, e tantos homens de representatividade social que estão nas manchetes de jornais por práticas sexuais criminalizadas pelas leis da nossa sociedade.

A manutenção da subjetivação do negro é uma ferramenta do Estado para manter a máquina do capital funcionando. A exclusão imobiliária vivida pelo povo negro tem nas favelas e periferias sua maior possibilidade de moradia, e no mercado de trabalho só lhe são ofertadas as funções que não são vistas pelo público. A divisão geográfica é um projeto de urbanização do Estado que limita onde os pretos vão morar, transitar, serem vistos, e onde poderão acessar, cabendo a esse povo a subalternidade em todas as identidades vividas. O acesso à educação, à saúde, ao transporte e à alimentação é a moeda de troca do Estado que ilusoriamente consente, mas que na prática inviabiliza esses direitos para a maioria, e usa os poucos que conseguiram ascender socialmente como exemplo para criar a impressão de que o infortúnio foi falta de sorte.

[...] nos bondes que circulam vai um policial. E nos ônibus também. O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no Palácio do Ibirapuera e na Assembleia e dar uma surra nestes políticos alinhavados que não sabem administrar o país. (JESUS, 1993, p. 114)

CONCLUSÃO

As reflexões das 3 autoras são muito atuais, mesmo tendo sido escritas em décadas diferentes, pois o racismo e segregação que vivemos hoje se mantêm. A escrita dessas

mulheres negras dialoga com as lutas dos movimentos sociais, com as pessoas pretas, com o movimento LGBTI+, com a sociedade racista, com a academia, com o Brasil. Onde estão os negros nos espaços atuais em 2021? Quais cargos ocupam nas empresas? Onde estão morando? Ainda se mantém o mito da democracia racial, ou já foi entendido pela sociedade que isso é uma falácia? A harmonia racial é um mito, pois mantemos em lugar de privilégio a população branca, ao passo que a população negra está apartada de todo acesso à educação, à saúde, aos direitos civis e a posições sociais de melhor retorno financeiro. Apesar de ter construído toda a riqueza desta sociedade, não lhe é permitido acesso às melhores condições sociais. Esse mito serve à elite e ao poder.

Ainda hoje, os direitos civis são negados ao que a sociedade denomina minorias, para que essas “minorias” não entendam que são classificadas em lugares diferenciados, para que não se reúnam e se percebam maioria, e ocupem seu real lugar de igualdade. O Instrumento social do mito da democracia é apresentado na forma de um negacionismo que classifica como vitimismo a dor e o sofrimento do outro ser.

Ao povo negro é negada a propriedade de ter uma cultura, ao mesmo tempo em que essa herança cultural negra é utilizada pela máquina do mercado: a negra que se mantém ativa (GONZALEZ, 2018) e que a todo momento assume novas identidades na sociedade que insiste em lhe proibir ter voz própria. Ela é a mãe preta, ama de leite, babá, a que criou, cuidou, maternou, e faz tudo isso até hoje com o senso de responsabilidade, como se ainda estivesse em seu povo onde “é preciso toda uma aldeia para manter os pais são” (SOMÉ, 2007, p. 44).

A mulher negra reproduziu, durante todos esses séculos, valores que são próprios seus através de uma memória *a priori*. Assim, suas ações de cuidar, criar, cozinhar, dançar, cantar ensinar as primeiras palavras, foram todas feitas no pretuguês de Lélia. A luta agora deve ser para desmontar no imaginário o lugar periférico imputado ao negro e colocar protagonismo, pois, mesmo subalternizados, criamos identidades que encontramos na cultura brasileira. Mesmo o ocidente sendo a referência única para saberes oficiais, a mãe preta estava ali falando e cantando sua herança cultural, mesmo sendo renegada enquanto parte integrante da raiz de nossa cultura.

A partir de toda opressão sofrida pelo negro, ainda encontramos quem renegue o que lhe é mais humano – cultura, cabelo, nariz, o fenótipo que lhe dá pertencimento e aceitação. A cultura estética imposta, segundo a qual tudo que é natural do negro é pejorativo, é um movimento colonialista que faz muito mal à saúde do negro.

Por todas as observações citadas até aqui, é fundamental para o fortalecimento do povo negro ser causador de caso, ter militância junto com seus irmãos e ocupar seu espaço. O corpo preto não pode se omitir da luta contra a Necrofilia Colonialista Outrocida (NCO), que diariamente permanece constringendo ou ceifando vidas em conveniência do fetiche de governantes, que têm foco no extermínio de grupos específicos, como negros, indígenas, pobres, LGBTIA+, mulheres independentes, revolucionários, rebeldes e “bandidos” (DE MORAES, 2020, p.18).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

EVARISTO, Conceição. Depoimento. In.: *Colóquio de Escritoras Mineiras Belo Horizonte, I, 2009, Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 03 de nov. 2021.

PFEIL, B; PFEIL, C. *Uma perspectiva anarquista sobre o suicídio, a produção da morte e a preservação da vida*. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Libertários, v. 3, n. 8, 2021.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'Água*. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1993.

DE MORAES, Wallace. As origens do Necro-Racista-Estado no Brasil – crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária – 2020. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Libertários, V.2, N.6, 2020.

DE MORAES, Wallace. *Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial*. Revista Teoliterária, v. 10, n. 21, 2020

NASCIMENTO, Andréa. *Espelho – reflexo, contemplação, percepção e reconhecimento*. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/espelho-reflexo-contemplacao-percepcao-e-reconhecimento-quando-a-mulher-negra-descobre-a-beleza-de-sua-existencia/>

DE MORAES, Wallace. *Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva decolonial*. - Live dia 01 de fevereiro 2021 - Edição/transcrição: Cello Latini

DE MORAES, Wallace. *Reflexões sobre o significado de fascismo: Pra quem sabe ler, um pingo é letra*. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pra-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. 2°. ed. São Paulo: Odyseus Editora, 2007.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)